



ANÁLISE DA CESTA BÁSICA DE PARAÍSO DO TOCANTINS: O CASO FEIJÃO

Leila Maria A. C. Silva¹, Gianluca Batista Silva¹, Renata Kelly R. de Souza¹, Marcio Eckardt²

¹Acadêmicos do Curso de Administração – IFTO – *Campus* Paraíso do Tocantins. Bolsistas PIBIC IFTO. E-mail: leila_azevedoparaíso@hotmail.com

²Professor do Curso de Administração – IFTO – *Campus* Paraíso do Tocantins. Orientador. E-mail: adm1marcio@gmail.com

RESUMO: A Cesta Básica Nacional, composta por treze itens básicos de alimentação, foi instituída pelo Decreto Lei nº399 de 30 de abril de 1938 para servir como parâmetro na definição do salário mínimo devido ao trabalhador brasileiro. Em 1959 o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) passou a realizar a pesquisa da Cesta Básica Nacional, apresentando mensalmente os resultados obtidos. Em Paraíso do Tocantins a pesquisa é realizada desde 2013 pelo Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Tocantins (IFTO) – *Campus* Paraíso do Tocantins com metodologia baseada na metodologia estabelecida e utilizada pelo DIEESE. No período compreendido entre agosto de 2015 e julho de 2016 foram verificadas variações significativas nos preços dos itens da cesta, em especial, do feijão, que é um item praticamente indispensável no cardápio do brasileiro. Contudo, verifica-se que os fatores climáticos podem ser considerados os principais agentes que influenciaram o preço do grão durante o período analisado.

Palavras-chave: Cesta Básica. Clima. Feijão. Paraíso do Tocantins. Pesquisa.

1. INTRODUÇÃO

No início da história humana, as sociedades primitivas sobreviviam exclusivamente da caça, pesca e colheita natural, ou seja, sem plantações, esforços e preocupações demasiadas para produzir, com total dependência da oferta da natureza. Em um segundo momento, um grande avanço pode ser percebido quando inicia-se a “domesticação” de plantas e animais, passando então o homem a ser produtor e não mais um simples caçador ou coletor de alimentos. É possível contemplar ainda um terceiro momento que pode ser visto a partir da Revolução Industrial, quando houve grande migração de pessoas do campo para as cidades, que se transformaram em grandes aglomerados humanos, gerando desta forma a necessidade de se produzir alimentos em grande escala e da inserção da produção industrial. (MATURANA, 2010)

Atualmente, a alimentação está fortemente relacionada à saúde, devido aos tipos de dietas e as explicações médicas para o uso adequado dos alimentos e “modismos” que influenciam diretamente a atitude humana perante a comida, levando em consideração a sua adequação a diferentes tipos de necessidades fisiológicas relacionadas a diversos fatores como idade, constituição física, gênero ou existência de enfermidades. (CARNEIRO, 2005)

O Decreto Lei nº399/1938 estipula a cesta básica nacional com os itens e suas respectivas quantidades mínimas necessárias para o sustento de um trabalhador em idade adulta, levando em consideração suas necessidades alimentares, fisiológicas e nutricionais, diferenciadas para cada região do país. De acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE (2016), esse decreto foi promulgado com o intuito de se estabelecer um parâmetro de pesquisa que serviria como base para se definir uma remuneração mínima devida ao trabalhador assalariado.

A pesquisa da Cesta Básica Nacional passou a ser realizada pelo DIEESE em 1959, porém, somente em janeiro de 2016 esta pesquisa passou a ser realizada em todas as capitais brasileiras (DIEESE, 2016).

Apesar de sua importância econômica e estratégica na Região Norte, o Estado de Tocantins é



um dos estados que somente em 2016 passou a contar com tal pesquisa. O Estado, antes parte norte do Estado de Goiás, teve sua criação através da promulgação da última Constituição brasileira, em 5 de outubro de 1988. Sendo o terceiro maior estado da Região Norte, com uma área de 277.720,569 km², o Tocantins possui uma população de aproximadamente 1,5 milhão de habitantes com renda *per capita* média de R\$822,00 e economia baseada no agronegócio, com forte produção agrícola e pecuária de corte (IBGE 2016).

Segundo IBGE (2016), a cidade de Paraíso do Tocantins, a quinta maior do Estado com cerca de 49.000 habitantes, possui sua economia constituída basicamente pelo comércio, indústrias e agropecuária além de ser o principal centro comercial da região do Vale do Araguaia, que é composta por 19 cidades. Em Paraíso do Tocantins, o estudo dos preços da Cesta Básica começou a ser realizado a partir de novembro de 2013 pelo Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Tocantins – IFTO, tendo como base a metodologia utilizada pelo DIEESE.

Através da pesquisa realizada pôde-se notar que os produtos componentes da cesta básica sofrem influências diretas e indiretas na determinação de seus preços. Desta forma, verifica-se então, tanto sob o aspecto econômico como social, a grande relevância que a análise do índice da cesta básica de Paraíso do Tocantins possui, uma vez que entender o comportamento dos preços dos alimentos essenciais e quais são os fatores que interferem nesse comportamento é de grande importância para que os consumidores possam buscar maneiras de reduzir o peso desses alimentos no orçamento familiar e, do lado do governo, elaborar políticas sociais de combate à fome e de aumento da renda das famílias (Fernandes & Dias, 2010).

No período compreendido entre agosto de 2015 e julho de 2016, foram identificadas variações significativas nos preços dos produtos. Dentre essas oscilações de preço, destacam-se as variações observadas no preço do feijão. Este produto sofre influência direta de diversos fatores, especialmente do clima, que por sua vez, causa oscilações na oferta do item, gerando assim, o “sobe e desce” dos preços.

O presente trabalho visa apontar, descrever e analisar as oscilações registradas no preço do feijão, bem como identificar os possíveis fatores responsáveis por essas variações.

2. MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia refere-se ao conjunto de ações racionais e sistemáticas que permite ao pesquisador alcançar os objetivos propostos com segurança através de caminhos traçados e detecção de possíveis erros, auxiliando desta forma nas tomadas de decisão do pesquisador (Marconi e Lakatos, 2010).

Para o estudo foi utilizado o método variável quantitativo que, conforme Gomes e Araújo (2005), seu objetivo é explicar um fato ocorrido. O método quantitativo de pesquisa tem como base o paradigma positivista, com a racionalidade reinando absolutamente. Para isso, utiliza-se nesse tipo de pesquisa números que representem a realidade do fato, objeto do estudo.

No estudo foi também utilizado o método de variável qualitativo. Esse método se apoia no antipositivismo, ou seja, é guiado pelo paradigma interpretativo (Gomes e Araújo, 2005). Assim, a racionalidade dá lugar à subjetividade. Para os autores, o método qualitativo pode revelar uma maior riqueza de dados e facilitar uma maior exploração de contradições e paradoxos.

Os dados a serem utilizados neste trabalho são provenientes da pesquisa da Cesta Básica de Paraíso do Tocantins, desenvolvida pelo curso de Administração do IFTO – *Campus* Paraíso do Tocantins no período de janeiro de 2014 a dezembro de 2015. Os dados analisados representam informações coletadas mensalmente que são apresentadas através da construção de tabelas, índices e gráficos que possam facilitar a visualização e compreensão do assunto proposto.

Por fim, é feita a análise e comparação dos dados obtidos pela pesquisa com informações, colhidas em bases de dados diversas, que possam explicar as variações percebidas nos preços dos



produtos estudados. A base metodológica deste estudo é a metodologia aplicada pelo DIEESE na pesquisa da Cesta Básica Nacional.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo Paula et al. (2011), diversas pesquisas e estudos econômicos são realizados no Brasil por órgãos e entidades que acompanham as variações de preços não só a nível local, mas também a nível nacional transformando os resultados obtidos em informações de grande utilidade para toda a sociedade. Com relação à Cesta Básica, o principal objetivo desses estudos é a compreensão das variações nos preços dos produtos que a compõem. A partir da obtenção dos resultados pode-se comparar as informações de cada região pesquisada, identificando, dessa forma, os principais fatores que influenciam a instabilidade dos preços.

A Cesta Básica Nacional, calculada pelo DIEESE, tem o seu valor determinado através do levantamento mensal dos preços dos produtos regulamentados pelo Decreto Lei nº 399 de 30 de abril de 1938 como provisões mínimas suficientes para o sustento e bem estar de um trabalhador em idade adulta, contendo quantidades balanceadas de proteínas, calorias, ferro, cálcio e fósforo. Os bens e as quantidades estipuladas são diferenciados por região (DIEESE, 2016), conforme Tabela I.

Tabela I – Composição da Cesta Básica Nacional, conforme Decreto Lei nº399/1938.

Itens	Região 1	Região 2	Região 3
Carne (Kg)	6,0	4,5	6,6
Leite (l)	7,5	6,0	7,5
Feijão (Kg)	4,5	4,5	4,5
Arroz (Kg)	3,0	3,6	3,0
Farinha (Kg)	1,5	3,0	1,5
Batata (Kg)	6,0	-	6,0
Tomate (Kg)	9,0	12,0	9,0
Pão Francês (Kg)	6,0	6,0	6,0
Café em Pó (Kg)	0,6	0,3	0,6
Banana (unid)	90	90	90
Açúcar (Kg)	3,0	3,0	3,0
Óleo (ml)	750	750	750
Manteiga (Kg)	0,75	0,75	0,75

Fonte: DIEESE (2016)

Embora a existência de uma legislação nacional que defina de forma hermética os produtos para alimentação de uma família possa ser questionada, a padronização de critérios nacionais sobre o tema viabiliza a construção de indicadores comparáveis em todo o território nacional e em vários períodos de tempo (Barros, 2010).

As regiões 1, 2 e 3 são compostas conforme descrito na Tabela II:



Tabela II – Composição das regiões

Regiões	Estados
Região 1	SP, MG, ES, RJ, GO e DF
Região 2	PE, BA, CE, RN, AL, SE, AM, PA, PI, TO, AC, PB, RO, AM, RR e MA
Região 3	PR, SC, RS, MT e MS

Fonte: DIEESE (2016)

Com base nessas definições, foi realizada a pesquisa da Cesta Básica de Paraíso do Tocantins e, através da análise dos dados obtidos pela pesquisa pôde-se notar as variações nos preços dos produtos, em especial, do tomate e da carne que representam juntos quase metade do custo total da cesta básica estudada.

Dentre os preços levantados, verifica-se que o feijão apresentou significativas variações, em especial, no último semestre analisado, conforme pode ser visto na Tabela III.

O feijão é considerado um dos principais alimentos do brasileiro. O grão é uma rica fonte de fibras, vitaminas, proteínas, minerais, aminoácidos e baixo nível de calorias. Seu consumo médio *per capita* no Brasil é de aproximadamente 12,7kg. Segundo MAPA (2016) o feijão, como pode ser visto na história da humanidade, está entre os alimentos consumidos pelo ser humano mais antigo, desde os primeiros registros da história da humanidade. Achados arqueológicos apontam para a existência de feijoeiros domesticados cerca de 10.000 a.C. As ruínas da antiga Tróia revelam evidências de que os feijões eram o prato favorito dos guerreiros troianos. A maioria dos historiadores atribui a disseminação dos feijões no mundo em decorrência das guerras, uma vez que esse alimento fazia parte essencial da dieta dos guerreiros em marcha. Os grandes exploradores ajudaram a difundir o uso e o cultivo de feijão para as mais remotas regiões do planeta.

O Brasil é o maior produtor mundial de feijão com produção média anual de 3,5 milhões de toneladas. Típico produto da alimentação brasileira (sete em cada dez brasileiros consomem feijão diariamente) é cultivado por pequenos e grandes produtores em todas as regiões (MAPA, 2016). Segundo UNIFEIJÃO (2016), o Tocantins produz cerca de 10% de todo o feijão da Região Norte, com uma produção em 2015/2016 girando em torno de 13,8 mil toneladas (26,8% menor que a produção do período anterior) de acordo com a SEAGRO (2016). O preço médio observado em Paraíso do Tocantins no período foi de R\$28,55 pagos pelos 4,5 quilos do produto, tendo como preço mínimo o registrado em agosto de 2015 (R\$19,27) e o maior valor em julho de 2016 (R\$52,11). Entre o menor e o maior preço verifica-se uma variação de incríveis 170,4%, no entanto, foram registradas também grandes variações em curtos períodos de tempo, com elevações que chegaram próximas a 62,9% no valor de um mês para outro.

De acordo com Gallo (2007), os preços dos produtos agrícolas, como o feijão, possuem uma característica básica de instabilidade devido, principalmente, à sua natureza biológica que sofre influência direta dos métodos de manejo, condições climáticas e ataque de pragas, resultando na diferença existente entre a produção planejada e a produção efetivamente obtida no final do processo.

Durante o período pesquisado pôde-se notar que os preços do produto pouco variaram até o novembro de 2015. A partir de dezembro de 2015 significativas variações puderam ser vistas, como apresentado na Tabela III.

Em dezembro/2015, o produto subiu aproximadamente 9,0% se comparado ao preço de novembro devido principalmente por fatores climáticos, conforme DIEESE(2016a). Seca na região Centro-Oeste e fortes chuvas nas regiões Sul e Sudeste prejudicaram a produção das lavouras de feijão, culminando na quebra de safra e, automaticamente, na elevação de preços. Desta forma, mesmo com o início da safra, o feijão esteve escasso para o consumidor interno.



Tabela III – Preços obtidos no período de agosto/2015 a julho/2016 (R\$)

CESTA BÁSICA	Ago/15	Set/15	Out/15	Nov/15	Dez/15	Jan/16	Fev/16	Mar/16	Abr/16	Mai/16	Jun/16	Jul/16
Carne	76,26	78,19	78,89	79,45	79,94	79,98	80,59	80,60	80,97	79,70	80,21	80,21
Arroz	7,88	8,17	9,08	9,55	9,71	10,28	9,53	9,68	9,62	9,63	9,94	10,48
Feijão	19,27	19,28	19,46	21,06	22,96	26,72	27,28	27,15	28,16	30,12	49,07	52,11
Café	4,31	4,33	4,40	4,47	4,51	4,61	4,78	4,84	4,87	4,99	4,89	4,92
Leite	16,31	17,12	17,78	17,43	15,64	17,62	17,98	19,53	18,95	19,21	20,89	23,79
Açúcar	5,20	5,18	6,23	6,94	6,96	7,70	8,22	8,55	8,16	8,21	8,16	8,41
Manteiga	5,77	5,85	6,10	6,25	6,37	6,44	6,83	7,67	7,56	7,84	7,76	7,53
Óleo/Banha	2,75	2,72	2,78	3,21	3,22	3,34	3,44	3,55	3,43	3,39	3,34	3,31
Farinha de Trigo/Mandioca	10,11	10,98	11,56	12,02	11,87	12,87	11,88	8,23	13,20	13,21	13,18	13,13
Pão	46,21	47,18	47,30	47,66	47,66	48,38	48,74	48,74	48,74	48,74	49,66	48,62
Tomate	46,18	39,29	46,02	56,08	81,85	94,27	58,80	57,04	54,36	47,59	52,28	48,85
Banana	21,52	26,76	26,99	26,34	29,46	30,88	32,70	34,69	33,86	31,94	33,81	34,33
Cesta	261,76	265,05	276,59	290,44	320,15	343,08	310,77	310,27	311,88	304,56	333,20	335,70

Assim a instabilidade climática seguiu durante todos os primeiros sete meses de 2016 influenciando diretamente na produção, oferta e conseqüentemente, no preço do grão. Chuvas na região centro-sul e forte estiagem na região norte-nordeste forçaram os preços chegando ao ponto máximo em julho de 2016 com o valor de R\$52,11 pagos pelo consumidor pelos 4,5 kg do produto, isto é, uma variação de 95,0% se comparado ao preço registrado em janeiro.

A elevação dos custos de produção também é um dos fatores que contribuíram para elevação do preço do feijão no período analisado. A desvalorização do Real frente ao Dólar provocou a elevação dos custos uma vez que, segundo Matsumoto (2016), todos os insumos de produção são cotados em dólar. Segundo a autora, houve uma certa insegurança por parte dos produtores devido falta de apoio do governo que, aliada às condições do clima afetadas pelo efeito *El Niño*, foram os principais fatores que elevaram o patamar de preços do grão.

Conforme informações colhidas no site Valor Econômico (2016), no mês de junho, o governo brasileiro, com intuito de reduzir o preço do grão através da elevação da oferta, anunciou a queda do Imposto de Importação do feijão de 10% para 0%, liberando assim a importação feijão de países como Argentina, Paraguai e Bolívia. Conforme registrado, o preço do produto continuou em alta.

6. CONCLUSÕES

De acordo com os dados analisados pôde-se notar que o feijão é um item da cesta básica praticamente indispensável no cardápio do brasileiro no qual registrou-se grandes variações percentuais em curtos espaços de tempo no seu preço, causadas principalmente pela instabilidade climática, que afeta diretamente nos custos de produção e na quantidade final produzida. Verifica-se que, em especial de janeiro a julho, os preços do grão iniciaram uma subida mais forte, no entanto, em julho o governo, que até então não havia realizado nenhuma interferência, começou a agir no mercado. A tendência é que os preços diminuam, contudo, atualmente o feijão pode ser considerado um dos grandes vilões da Cesta Básica de Paraíso do Tocantins.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao DEUS criador de tudo e todos. Ao IFTO pela oportunidade de desenvolver uma pesquisa que pôde muito contribuir para o desenvolvimento pessoal de cada integrante da equipe. Ao Professor Marcio Eckardt, nosso orientador, sempre presente.

REFERÊNCIAS

BARROS, B. S. X. **Desenvolvimento de um sistema informatizado para coleta, armazenamento e processamento dos dados referentes à cesta básica do município de Botucatu-SP.** 2010. 105 f. Dissertação (Mestrado em Agronomia – Energia na Agricultura). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Botucatu. 2010.

CARNEIRO, H. S. **Comida e sociedade: significados sociais na história da alimentação.** [Editorial]. História: Questões & Debates, UFPR - Universidade Federal do Paraná, n. 42, p. 71-80, 2005.

DIEESE. **Metodologia da pesquisa nacional da cesta básica de alimentos janeiro de 2016.** 2016. Disponível em <<http://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaCestaBasica2016.pdf>> Acesso em 15 jul 2016.

DIEESE (a). **Custo da Cesta Básica aumenta em todas as cidades.** 2016. Disponível em <<http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2016/201601cestabasica.pdf>> Acesso em 15 jul 2016.

FERNANDES, L. M.; DIAS, G. H. **Fatores determinantes do custo da cesta básica de alimentos no município de Divinópolis no período de 2009-2010.** [Editorial]. Revista Meditare – Revista Acadêmica dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação da FACED, n. 3, p. 89-99, 2011.

GALLO, G. **Análise da sazonalidade do preço do tomate no Ceasa da grande Florianópolis.** 2007. 58 f. Monografia (Graduação em Economia). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2007.

GOMES, F. P.; ARAUJO, R. M. **Pesquisa Quanti-Qualitativa em Administração: uma visão holística do objeto em estudo.** In: VIII SEMEAD – Seminários em Administração, 2005, Faculdade de Economia Administração e Contabilidade – Universidade de São Paulo, São Paulo: 2005. 11 p.

IBGE. **Cid@des.** 2016. Disponível em <<http://cod.ibge.gov.br/5q0>> Acesso em 20 jul 2016.

MAPA – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Feijão.** 2016. Disponível em <<http://www.agricultura.gov.br/vegetal/culturas/feijao>> Acesso em 16 jul 2016.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da Metodologia Científica.** 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MATURANA, V. **Reflexões acerca da relação entre alimentação e o homem.** Revista IGT, v. 7, n. 12, p. 176-219, 2010.

PAULA, A. C. L.; SOARES, B. M.; BONFIM, M. D. **A variação do custo da cesta básica para o consumidor.** [Editorial]. Revista de Iniciação Científica da Libertas, v. 1, n. 1, p. 56-71, dez., 2011.

SEAGRO. **Levantamento prevê produtividade de feijão terceira safra no Tocantins de 1215 kg/ha.** 2016. Disponível em <<http://seagro.to.gov.br/noticia/2015/8/7/levantamento-preve-produtividade-de-feijao-terceira-safra-no-tocantins-de-1-215-kg-ha/>> Acesso em 16 ago 2016.

UNIFEIJÃO. **Região Norte.** 2016. Disponível em <http://unifeijao.com.br/site2013/feijao_brasil.php?txt=9> Acesso em 20 ago 2016.

VALOR ECONÔMICO. **Temer decide importar feijão para combater alta de preços.** 2016. Disponível em <<http://www.valor.com.br/brasil/4610555/temer-decide-importar-feijao-para-combater-alta-de-precos>> Acesso em 25 ago 2016.